

Trata-se da consolidação dos levantamentos jurídicos pela equipe do Departamento Jurídico no âmbito do Observatório Jurídico do Agro Paulista (OJA/FAESP). O objetivo é apresentar, de forma sintética e padronizada, os principais destaques nas jurisprudências dos tribunais relevantes para o setor.

JURISPRUDÊNCIA

1. Condenação por investigação de candidatos antes da admissão

💡 TST considerou ilícita a prática de investigar vida pessoal de candidatos para contratação.

📌 **Relevância:** Os processos seletivos devem estar estritamente alinhados à LGPD e à legislação trabalhista, evitando pesquisas invasivas sobre vida pessoal de candidatos sob risco de discriminação e passivo indenizatório.

🔗 <https://ww2.trt2.jus.br/noticias/noticias/noticia/sentenca-condena-empresa-por-descumprimento-reiterado-de-cotas-para-pessoas-com-deficiencia>

2. Pensão por morte de sócia penhorada para pagar dívidas trabalhistas

💡 TST manteve penhora sobre pensão por morte para satisfação de crédito trabalhista.

📌 **Relevância:** Reforça o risco de extensão da responsabilidade patrimonial a bens particulares de sócios, inclusive benefícios previdenciários, quando não localizados bens da empresa, alertando para a importância de gestão preventiva e regularidade fiscal-trabalhista. Segundo a decisão se deve respeitar o limite de 15% do ganho líquido mensal, garantindo que o valor restante disponível à executada não seja inferior a um salário mínimo.

🔗 <https://www.tst.jus.br/en/-/s%C3%83cia-ter%C3%A1-pens%C3%A3o-por-morte-penorada-para-pagar-d%C3%A9bitos-trabalhistas%C2%A0>

3. Data de admissão define aplicação da Reforma Trabalhista sobre intervalo intrajornada

💡 TST fixou que empregados admitidos antes da Reforma têm direito à remuneração integral do intervalo não usufruído.

📌 **Relevância:** Impacta cálculos retroativos e contingências, pois determina que trabalhadores admitidos antes da Reforma têm direito à remuneração integral pela supressão parcial do intervalo, exigindo atenção na gestão da jornada.

🔗 <https://www.tst.jus.br/en/-/consulta-%C3%A0-data-de-admiss%C3%A3o-define-aplicabilidade-da-reforma-trabalhista-sobre-intervalo-intrajornada>

4. Acordo anulado por simulação para blindagem patrimonial

💡 TST anulou acordo trabalhista simulado para proteger bens de empresa metalúrgica.

📌 **Relevância:** Demonstra que acordos fictícios para proteger patrimônio são anuláveis, gerando riscos inclusive criminais. Empresários devem assegurar que conciliações sejam legítimas e devidamente documentadas.

🔗 <https://www.tst.jus.br/en/-/empresa-metal%C3%BArgica-que-simulou-a%C3%A7%C3%A3o-trabalhista-para-blindar-patrim%C3%B4nio-tem-acordo-anulado>

5. Dispensa por critério de aposentadoria configura etarismo

💡 TST considerou discriminatória a dispensa baseada unicamente na aposentadoria da empregada.

📌 **Relevância:** Alerta para empregadores, a decisão abre precedente para que desligamentos sejam fundamentados em critérios objetivos e documentados, a fim de se evitar discriminação etária.

🔗 <https://www.tst.jus.br/en/-/empresa-p%C3%BAblica-que-dispensou-empregada-por-crit%C3%A9rio-de-aposentadoria-cometeu-etarismo>

6. Nulidade por ausência de juntada de voto vencido

💡 TST anulou acórdão de TRT que não juntou voto divergente aos autos.

📌 **RELEVÂNCIA:** A decisão garante transparência e contraditório, reforçando a importância da análise formal dos acórdãos.

🔗 <https://www.tst.jus.br/en/-/turma-anula-ac%C3%B3rd%C3%A3o-de-trt-por-aus%C3%A1ncia-de-juntada-de-voto-vencido>

7. Supervisora lesionada em evento de parque é indenizada sem prova de dano moral

☞ TST aplicou presunção de dano moral a trabalhadora acidentada em atividade de integração.

❖ **Relevância:** O colegiado fixou o entendimento de que, ocorrido o acidente de trabalho, é desnecessária a produção de prova acerca do dano moral, por se tratar de dano que não necessita da comprovação do abalo psicológico da vítima.

🔗 <https://www.tst.jus.br/en/-/supervisora-que-sofreu-queda-de-cavalo-em-evento-de-parque-n%C3%A3o-precisa-provar-dano-moral>

8. TRF3 confirma aposentadoria rural a indígena

☞ Tribunal reconheceu atividade rural de indígena como segurada especial para concessão de aposentadoria.

❖ **Relevância:** A decisão reconheceu a certidão da fundação indígena como prova da atividade rural.

🔗 <https://web.trf3.jus.br/noticias/Noticiar/ExibirNoticia/439101-trf3-confirma-aposentadoria-rural-a-indigena-que-atuou>

9. Reconhecimento de tempo especial a trabalhador

☞ TRF3 reconheceu tempo de serviço especial a trabalhador que exerceu funções de lavrador em regime de economia familiar e motorista de caminhão.

❖ **Relevância:** A atuação do trabalhador como rural foi comprovada por meio de documentos como certidão de nascimento do filho, em que constava a ocupação como lavrador e recibos de prestação de serviços, notas fiscais, contratos de transporte foram suficientes para enquadrar a profissão como atividade especial reconhecendo o trabalho de motorista de caminhão como penoso e sujeito a agentes nocivos.

🔗 <https://web.trf3.jus.br/noticias/Noticiar/ExibirNoticia/439042-decima-turma-reconhece-tempo-especial-a-trabalhador>

10. Assédio horizontal motiva justa causa de trabalhador



☞ TRT-2 manteve a dispensa por justa causa de empregado que praticou assédio contra colega de trabalho.

📌 **Relevância:** Reforça que a justa causa pode decorrer não apenas de conduta contra superiores, mas também entre colegas, impondo atenção redobrada dos empregadores para coibir assédio no ambiente laboral.

🔗 <https://ww2.trt2.jus.br/noticias/noticias/noticia/assedio-horizontal-motiva-justa-causa-de-trabalhador>

11. Indenização por ligação durante licença-paternidade para repreensão

☞ Empresa foi condenada por contatar empregado durante licença-paternidade para repreendê-lo por suposta falta funcional.

📌 **Relevância:** Evidencia que o empregador deve respeitar integralmente períodos de afastamento legal, evitando contato que possa gerar assédio ou violação de direitos.

🔗 <https://ww2.trt2.jus.br/noticias/noticias/noticia/empresa-deve-indenizar-por-ligacao-durante-licenca-paternidade-para-repreender-por-suposta-falta-funcional>

12. Negada condenação em caso de aborto espontâneo

☞ TRT-15 afastou responsabilidade da empresa por ausência de nexo causal entre trabalho e aborto espontâneo.

📌 **Relevância:** Destaca a importância da prova técnica na apuração de doenças ou eventos relacionados ao trabalho, resguardando empregadores quando não comprovada a culpa.

🔗 <https://trt15.jus.br/noticia/2025/4a-camara-nega-condenacao-empresa-onde-empregada-sofreu-aborto-espontaneo>

13. Mantida justa causa de vendedor que ameaçou colega com armas

☞ TRT-15 confirmou justa causa de empregado por conduta grave e ameaçadora no ambiente laboral.

📌 **Relevância:** A decisão reforça ser inaceitável pelo judiciário comportamentos violentos no trabalho, reforçando o dever do empregador de agir preventivamente.

🔗 <https://trt15.jus.br/noticia/2025/mantida-justa-causa-um-vendedor-que-ameacou-o-colega-com-armas>

14. TJSP define custeio de perícia ambiental apenas aos condenados

💡 O TJSP deu provimento ao recurso do Município de Guarujá, afastando sua responsabilidade pelo custeio da perícia em liquidação de sentença de ação civil pública ambiental. A Câmara entendeu que a obrigação de arcar com a prova pericial deve recair apenas sobre os particulares condenados, aplicando o princípio do poluidor-pagador.

📌 **RELEVÂNCIA:** O acórdão reforça a tese de que os custos de reparação e de produção de provas ambientais devem ser suportados prioritariamente pelos agentes privados causadores do dano, evitando a transferência de ônus ao poder público ou a terceiros não diretamente responsáveis.

🔗 [2000207-91.2025.8.26.0000](#)

15. TJSP mantém multa por supressão de vegetação nativa sem licença válida e confirma competência da Secretaria do Meio Ambiente para autuar

💡 O TJSP negou provimento ao recurso de proprietário rural multado por suprimir vegetação nativa em estágio inicial de regeneração com licença ambiental vencida. A Corte confirmou a competência da Secretaria de Meio Ambiente e da Polícia Militar Ambiental para autuar, reconheceu o nexo causal e manteve a presunção de legalidade do auto de infração, sendo reafirmada a responsabilidade objetiva por dano ambiental, afastando alegações de nulidade ou excesso na penalidade.

📌 **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça que a validade temporal da licença ambiental é requisito objetivo para qualquer supressão de vegetação, e que sua expiração equivale à ausência de autorização, sujeitando o produtor a sanções. Evidencia, também, a abrangência de outros órgãos estaduais do SISNAMA, não só da CETESB, para fiscalização e autuação, aumentando o alcance do poder de polícia ambiental sobre propriedades rurais.

🔗 [1001303-24.2022.8.26.0014](#)

16. TJSP mantém multa ambiental aplicada à Raízen por poluição hídrica e afasta alegação de prescrição

💡 O TJSP negou provimento à apelação da Raízen Energia S.A., mantendo multa ambiental imposta pela CETESB por alteração da qualidade de corpos hídricos, com nexo causal comprovado. A Corte afastou a alegação de prescrição intercorrente, fixando o prazo quinquenal a partir do

encerramento do processo administrativo, conforme jurisprudência do STJ, sendo reconhecida a regularidade do auto de infração e a proporcionalidade da penalidade aplicada.

📌 **RELEVÂNCIA:** Além do acórdão reforçar a responsabilidade administrativa objetiva nos casos de infração ambiental, reforça o início da contagem do prazo prescricional somente após o término do processo administrativo. Impacta diretamente o setor, pois amplia o tempo de exposição a sanções e reforça a necessidade de gestão ambiental rigorosa, especialmente em atividades de alto impacto, como no manejo de recursos hídricos.

🔗 [0014219-05.2013.8.26.0053](https://www.conjur.com.br/2013-ago-26/0014219-05.2013.8.26.0053)

17. STF analisa ADI 7.596 que questiona constitucionalidade do RenovaBio

📌 O Partido Renovação Democrática (PRD) ajuizou em fevereiro de 2024 uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 7.596) no STF, com pedido de liminar, visando suspender dispositivos da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), que impõem metas de redução de emissões apenas às distribuidoras de combustíveis fósseis, argumentando a violação de princípios constitucionais como isonomia, razoabilidade e o princípio poluidor-pagador, além de desrespeitar compromissos internacionais do Brasil no Acordo de Paris. Os órgãos de defesa, como a indústria de biocombustíveis, afirmam que o RenovaBio é um instrumento eficaz para incentivar a produção sustentável e promover eficiência ambiental, com participação técnica e monitoramento contínuo desde 2017.

📌 **RELEVÂNCIA:** As penalidades e o consequente aumento no custo dos combustíveis impactam diretamente a atividade do produtor rural. As decisões judiciais poderão redefinir a distribuição de responsabilidades e estímulos dentro da cadeia de biocombustíveis, o que é crucial para a formulação de estratégias de curto e médio prazo no setor.

🔗 <https://www.conjur.com.br/2025-ago-13/urge-que-a-adi-7-596-promova-justica-regulatoria-renovabio-em-cheque/>

18. STJ veda cobrança de faixa de domínio em rodovias para prestadoras de serviço essencial

📌 O Superior Tribunal de Justiça-STJ considerou ilegal a cobrança da concessionária de rodovia pelo uso da faixa de domínio por empresa que presta serviço público essencial, seguindo a interpretação consolidada do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a matéria. A decisão representa um alinhamento da jurisprudência do STJ com a do STF, que já havia vedado essa cobrança em casos semelhantes envolvendo autarquias ou empresas de energia.

📌 **RELEVÂNCIA:** Ao evitar o repasse de custos adicionais aos consumidores, a decisão favorece a competitividade do agronegócio brasileiro, especialmente para produtores que dependem diretamente de serviços essenciais em áreas rurais.

🔗 <https://www.conjur.com.br/2025-ago-07/stj-proibe-cobranca-por-uso-de-faixa-de-dominio-de-rodovias-em-servico-essencial/>

19. Julgamento da vaquejada no STF reacende debate entre tradição e proteção animal

📝 Pedido de destaque do Ministro Gilmar Mendes do Supremo Tribunal Federal interrompeu julgamento da ADI 5.772, na qual a Procuradoria-Geral da República questiona a constitucionalidade da Emenda Constitucional 96/2017 e de leis que reconhecem a vaquejada como manifestação cultural, argumentando que a tradição não justifica sofrimento animal. A controvérsia enaltece a tensão entre os valores de preservação cultural e o princípio constitucional de proteção à fauna.

📌 **RELEVÂNCIA:** A vaquejada é uma tradição cultural importante e tem forte ligação com atividades agropecuárias, movimentando economia local e gerando empregos no setor rural. A decisão do STF pode influenciar a continuidade ou restrição dessas práticas culturais que impactam o agronegócio regional.

🔗 <https://www.conjur.com.br/2025-ago-11/sem-consenso-supremo-vai-reiniciar-julgamento-sobre-vaquejada/>